

CT.DFCC.000114/2022

03 de Maio de 2022

Ao

CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA

Sr. Bruno Amazonas Gardezani – Representante Legal do Consórcio

Avenida Paulo VI nº 621, Térreo - Sumaré

01262 010 São Paulo SP


CONTRATO Nº 044820300100 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Vagner Rodrigues - Gerente Geral de Operação - GOO, telefone (11) 2662-6536, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,


REGINALDO ANTONIO DE PINHO
Chefe do Departamento de Contratações e Compras

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS - CPTM**

CONTRATO Nº 044820300100

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA
GERENCIADOR DE PLANEJAMENTO DE VIAGENS E
ESCALAS, NO MODELO “SOFTWARE AS A SERVICE -
SAAS” (COMPUTAÇÃO EM NUVEM).**

**CONTRATADA: CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-
ESPANHA**

CONTRATO Nº 044820300100
LICITAÇÃO INTERNACIONAL Nº 0448203001

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE PLANEJAMENTO DE VIAGENS E ESCALAS, NO MODELO "SOFTWARE AS A SERVICE - SAAS" (COMPUTAÇÃO EM NUVEM), QUE, ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E O CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, CNPJ nº 71.832.679/0001-23, com sede na Rua Boa Vista nº 185, Centro, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na República Federativa do Brasil, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, o **CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA**, CNPJ nº 46.023.046/0001-27, com sede na Avenida Paulo VI nº 621, Térreo, Sumaré, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na República Federativa do Brasil, composto pelas empresas **GOAL SYSTEMS BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES EIRELI** e **GOAL SYSTEMS, S.L.**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seu representante legal ao final qualificado, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), das normas internas específicas da CPTM, do Código de Conduta e Integridade da CPTM, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para os fins do Processo nº 0448203001, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).
- 1.2 Para fins de informação a Receita Federal do Brasil, a presente contratação não envolve a exploração ou uso de marcas e patentes e nem o fornecimento de tecnologia. A contratação prevê suporte técnico da ferramenta.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os

documentos do edital da LICITAÇÃO INTERNACIONAL Nº 0448203001, bem como os seguintes:

- 2.1.1 Condições Gerais de Contratação (Anexo 1);
- 2.1.2 Proposta da CONTRATADA (Anexo 2);
- 2.1.3 Planilha de Quantidades e Preços Propostos (Anexo 3);
- 2.1.4 Declaração de Ciência e Responsabilidade (Anexo 4); e
- 2.1.5 Termo de Ciência e de Notificação (Anexo 5).

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da CONTRATADA prevalecerão os documentos da CPTM.

3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser executados, estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e seus anexos e no edital da LICITAÇÃO INTERNACIONAL Nº 0448203001 partes integrantes deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

4.2 O prazo de execução do objeto contratual é de 60 (sessenta) meses, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da data da assinatura do contrato.

4.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela CPTM, quando fundamentada nos motivos de força maior, nos termos do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à CPTM, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

4.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela CPTM.

4.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na CPTM.

5 VALOR DO CONTRATO

5.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), em abril/2021, data base dos preços (mês / ano do recebimento das propostas), conforme discriminado na Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 3, deste contrato.

5.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla todos os tributos, encargos sociais, administrativos e trabalhistas, inclusive noturnos quando couber, bem como a remuneração da mão de obra, ferramentas, equipamentos, treinamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), se pertinente, o fornecimento de insumos, materiais/produtos, veículos, etc, vinculados à logística da prestação dos serviços a serem executados no desenvolvimento dos trabalhos previstos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no Programa de Trabalho: 267.833.707.4627.0000 - Natureza de Despesa: 33.90.40 - Origem de Recursos: 004.004.004 - RAV nº 4802/2020.

7 REGIME DE EXECUÇÃO

7.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

8 MEDIÇÃO

8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais baseando-se na entrega dos relatórios, dispostos conforme Cronograma Físico-Financeiro, já disponibilizado em mídia eletrônica, e Condições Gerais de Contratação, partes integrantes do presente instrumento. Tais relatórios, para serem aprovados em conjunto com a medição, passarão por uma análise quanto à qualidade dos conteúdos e informações produzidas, bem como quanto à aderência aos objetivos propostos aos produtos.

8.2 A medição será realizada diretamente pela CONTRATADA, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados e o valor correspondente as atividades executadas no período abrangido pela mesma, sempre respeitando o Cronograma Físico-Financeiro, já disponibilizado em mídia eletrônica, que integra o documento de Condições Gerais de Contratação.

8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente. Além disso, deverá ser apresentada à CPTM até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia

do mês subsequente à entrega do relatório de cada ano, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.

- 8.4 A CPTM terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.5 A medição não aprovada pela CPTM será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a partir da data de sua reapresentação.
- 8.6 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.7 A devolução da medição não aprovadas pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 8.8 Na hipótese de não pronunciamento pela CPTM quanto à medição no prazo definido anteriormente, considerar-se-á aprovada a medição.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a CPTM ressarcirá à CONTRATADA o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A CPTM procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a CONTRATADA deverá, num prazo de até 02 (dois) dias úteis, encaminhar para o e-mail corporativo DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br as notas fiscais, das quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato, acompanhadas do respectivo documento fiscal.
- 9.1.2 Na nota fiscal e no documento fiscal deverão ainda ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço, o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a CPTM as disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e normas complementares.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela CPTM será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.

- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A CPTM efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrega da nota fiscal de cada parcela no DFSF, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato, fica condicionada à inexistência de registro da CONTRATADA no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.5.2 No caso de consórcio, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) ao mesmo, não sendo admitido o pagamento individualizado aos seus integrantes.
- 9.1.5.3 A exigência estabelecida no subitem 9.1.5.2 não se aplica à emissão de notas fiscais / faturas, que poderão ser emitidas por cada empresa que constitui o consórcio, na proporção de sua efetiva participação.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento se dilatará pelo número de dias corridos contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à CPTM, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:
- $VJM = VA \times (1,06)^{n/365}$, onde:
- VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias corridos em atraso
- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393, do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação do índice de preços que compõe a fórmula de reajuste.

- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto Estadual nº 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A CONTRATADA deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da CPTM, sito na Rua Boa Vista nº 175, Edifício Cidade II, Bloco B, 2º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil.
- 9.1.12 A CPTM poderá, sem prejuízo do disposto no subitem 12.1 deste instrumento, bem como das penalidades cabíveis, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a CPTM e a CONTRATADA.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a CPTM não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A CPTM não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.14 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a CPTM, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(IPC_i / IPC_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPC_i / IPC_0 = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - abril/2021.
- 10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.

- 10.4 Quando da publicação do índice definitivo, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias corridos da entrega desses documentos à CPTM ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.
- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à CONTRATADA, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11 TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à CONTRATADA apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de prestação de serviço que implique à CPTM apurar e recolher a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE de que trata a Lei nº 10.168, de 2000 e alterações posteriores, a CONTRATADA desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a CPTM, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A CPTM se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a CONTRATADA em atraso em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, já disponibilizado em mídia eletrônica, parte integrante deste instrumento, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a CPTM responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a CONTRATADA suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A CPTM, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.

- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a CONTRATADA assume, desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A CONTRATADA deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a CONTRATADA deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a CONTRATADA desde logo reconhece e autoriza a CPTM a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela CPTM, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A CONTRATADA, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a CPTM, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a CPTM do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil reais), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da CPTM, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.

- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da CPTM.

- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.
- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da CPTM, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175, Edifício Cidade II, 2º andar, Bloco B, Centro - São Paulo, SP, Brasil.
- 12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.
- 12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a CONTRATADA obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de recebimento da comunicação escrita da CPTM.
- 12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 12.1.7 A CPTM poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13 OBRIGAÇÕES DA CPTM

- 13.1 A CPTM se obriga a:

- 13.1.1 Dispor à CONTRATADA de todas as informações adicionais que se tornarem necessárias e que estiverem disponíveis na CPTM para a execução dos serviços contratados;
- 13.1.2 Proporcionar acesso adequado às instalações e à movimentação do pessoal e equipamentos da CONTRATADA nas dependências da CPTM, incluindo vestiários e instalações sanitárias, conforme as condições estabelecidas no termo de referência;
- 13.1.3 Notificar por escrito a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- 13.1.4 A CPTM, mediante autorização escrita pelo gestor do contrato, franqueará o acesso do(s) contratado(s) às dependências e ao sistema, quando necessário;
- 13.1.5 Notificar por escrito a CONTRATADA, da aplicação de eventual multa, conforme regras estabelecidas no contrato;
- 13.1.6 Receber da CONTRATADA as comunicações registradas nos "Formulários de Ocorrências" devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis, naquilo que compete à CPTM, conforme as condições estabelecidas no termo de referência;
- 13.1.7 Realizar a fiscalização dos serviços.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA se obriga a:

- 14.1.1 preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:
 - 14.1.1.1 prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
- 14.1.2 A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências contidas na Especificação Técnica ET CPTM BE8354-6 - "Prestação de Serviços e Implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service – SaaS" (Computação em Nuvem)", já disponibilizada em mídia eletrônica;
- 14.1.3 Durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação internacional que deu origem ao contrato, nos termos das Legislações vigentes;

- 14.1.4 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 14.1.5 Designar por escrito, no ato do recebimento da Ordem de Serviço - OS, o(s) preposto(s) e a indicação de responsável técnico pelos serviços, que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 14.1.6 Encaminhar profissionais aptos e preparados para prestar os serviços, devidamente registrados em carteiras de trabalho;
- 14.1.7 Confiar os serviços a profissionais idôneos e habilitados, utilizando-se do mais alto nível da técnica atual;
- 14.1.8 Apresentar no mês subsequente ao mês da execução dos serviços à CPTM as guias de recolhimento (cópias devidamente autenticadas) pagas ao INSS e FGTS de seus funcionários empenhados na execução do objeto, bem como a GFIP/SEFIP ou seus substituídos;
- 14.1.9 Todo o transporte necessário referente à prestação de serviços, conforme previsto neste escopo de contratação em objeto, incluindo o transporte de pessoal, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos, deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive encargos, embalagens e seguro.
- 14.1.10 Responsabilizar-se tecnicamente pela direção e execução dos serviços objeto deste edital, na forma da legislação em vigor;
- 14.1.11 O deslocamento do(s) contratado(s), dentro e fora do sistema CPTM, correrá exclusivamente às expensas da CONTRATADA;
- 14.1.12 A CONTRATADA deverá assumir toda a responsabilidade pelos ônus decorrentes das leis trabalhistas previdenciárias e encargos sociais;
- 14.1.13 A CONTRATADA deverá observar as recomendações técnicas e cumprir rigorosamente as normas internas da CPTM;
- 14.1.14 O preço global da "Planilha de Quantidades e Preços" deste objeto de contratação deverá incluir todos os tributos, encargos sociais, administrativos e trabalhistas, inclusive noturnos quando couber, bem como a remuneração da mão de obra, ferramentas, equipamentos, treinamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), se pertinente, o fornecimento de insumos, materiais/produtos, veículos, etc, vinculados à logística da prestação dos serviços a serem executados no desenvolvimento dos trabalhos previstos;
- 14.1.15 Facilitar a ampla ação da Fiscalização da CPTM, promovendo fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências que forem apresentadas pela mesma;

- 14.1.16 Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução do objeto do contrato, respondendo por quaisquer danos, perdas e prejuízos que venha a provocar ou causar durante a execução dos serviços até o término do período contratual e de garantia e/ou até o prazo regido por legislação específica;
- 14.1.17 Danos em instalações e equipamentos, perda e/ou furto de materiais, componentes e equipamentos de propriedade da CPTM, que estiverem sob a guarda da CONTRATADA, ou que sejam causados decorrentes da ação de empregados de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser ressarcidos à CPTM em espécie ou a preços concorrentes da época do evento;
- 14.1.18 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CPTM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 14.1.19 Assumir total e exclusiva responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros assim como ônus ou encargos relacionados com preposto ou empregados utilizados na execução dos serviços, que sejam decorrentes da Legislação Social, Previdenciária e Ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outros eventos de natureza profissional;
- 14.1.20 A CONTRATADA deverá manter os locais onde serão executados os serviços, bem como aqueles que estiverem sob sua exclusiva responsabilidade, conforme estabelecido no termo de referência, sempre limpos e em ordem, de forma a permitir o perfeito andamento operacional;
- 14.1.21 A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos, instrumentos, ferramentas e recursos humanos necessários à completa execução dos serviços, bem como equipamentos de proteção individual (EPI's) e/ou equipamentos de proteção coletiva (EPC's);
- 14.1.22 Fica vetada à CONTRATADA, em qualquer hipótese, a utilização de instalações em áreas de propriedade da CPTM para serviços e/ou outras atividades que não sejam autorizadas pelo gestor do contrato;
- 14.1.23 A CONTRATADA deverá substituir, em caso de solicitação da CPTM, o profissional alocado no contrato, não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços, no prazo máximo de 24 horas a partir da solicitação;
- 14.1.24 A CONTRATADA será responsável pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela CPTM para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos;

- 14.1.25 A CONTRATADA zelará no que lhe compete pelo correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do presente instrumento, aos endereços e destinatários indicados pela CPTM, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade ou até suspensão dos compromissos e obrigações, por parte da CPTM. O aqui convencionado aplicar-se-á, entre outros, à responsabilidade definida neste instrumento;
- 14.1.26 É de responsabilidade da CONTRATADA cientificar por escrito, dentro do prazo máximo de 24 horas, a equipe de Fiscalização da CPTM qualquer ocorrência anormal, quaisquer danos ou anormalidades que causar, ou acidente verificado no local de execução dos serviços, independente de comunicação verbal, que deve ser imediata;
- 14.1.27 A CONTRATADA será a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando nas dependências da CPTM e no desempenho dos serviços relativos a este escopo de contratação;
- 14.1.28 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados;
- 14.1.29 A CONTRATADA deverá refazer os serviços que forem considerados pela fiscalização da CPTM como mal executados, sem custos adicionais à CPTM;
- 14.1.30 Identificar todos os equipamentos, ferramentais e utensílios de sua propriedade, de forma a distingui-los de similares de propriedade da CPTM;
- 14.1.31 Responsabilizar-se inteiramente por eventuais perdas/extravios de seus equipamentos no decorrer da execução dos serviços;
- 14.1.32 Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário de funcionamento suporte para atendimento a eventuais necessidades nos serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- 14.1.33 Nomear responsável (eis) técnico (s) pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao preposto da CPTM, responsável pela fiscalização dos serviços e adotar as providências necessárias;
- 14.1.34 A CONTRATADA é responsável por todos os tributos, licenças e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais vigentes e que venham a incidir sobre os custos dos serviços;

- 14.1.35 Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, sem acarretar qualquer interrupção das atividades da CPTM. Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade da CPTM para sua realização, os mesmos deverão ser executados no menor prazo possível e condicionados aos horários e permissões a serem estabelecidos pela CPTM. Para qualquer tipo de interdição (parcial ou total) deverá haver solicitação e aprovação prévia da CPTM;
- 14.1.36 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 14.1.37 Instruir seus empregados quanto ao cumprimento das Normas Internas da CPTM de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como as relativas à Prevenção de Incêndio;
- 14.1.38 Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- 14.1.39 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CPTM;
- 14.1.40 Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos fiscais e trabalhistas;
- 14.1.41 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CPTM, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CPTM.

15 PESSOAL

- 15.1 O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CPTM e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CPTM ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.
- 15.2 A CONTRATADA deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras

providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transfere à CPTM a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

- 15.3 Ocorrendo eventuais ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, fica esta, obrigada a requerer e obter a exclusão da CPTM da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a CPTM vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CPTM, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CPTM utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 15.5 A CONTRATADA deverá apresentar à CPTM o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

16 FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A CPTM reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à CONTRATADA, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à CPTM quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A CONTRATADA obriga-se a atender as determinações da fiscalização da CPTM relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do Contrato antes de serem apropriados, cabendo à CONTRATADA tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.

16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a CONTRATADA será responsável, sem qualquer ônus para a CPTM, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CPTM, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

17 PENALIDADES

17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados / comprovados, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:

a) Multas, nos percentuais e nas hipóteses da ocorrência das infrações descritas nas tabelas a seguir:

GRAU	MULTA E INFRAÇÃO CORRESPONDENTE
1	20,00% do valor do evento, por cada mês de atraso.
2	15,00% do valor total do evento, aplicada de forma progressiva, nos termos da fórmula indicada no subitem 17.2, caso a disponibilidade, descrita no cronograma físico financeiro, fique abaixo de 99,5%

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	GRAU
A	Elaboração e Entrega de Plano de Trabalho	1
B	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração do gráfico horário de oferta de viagens - Linhas 8 e 9	1
C	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração do gráfico horário de oferta de viagens - Linhas 11, 12 e 13	1
D	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração do gráfico horário de oferta de viagens - Linhas 7 e 10	1
E	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração da estrutura e Geração de escala de maquinistas - Linhas 8 e 9	1

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	GRAU
F	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração da estrutura e Geração de escala de maquinistas - Linhas 11, 12 e 13	1
G	Parametrização e Implantação do Módulo de elaboração da estrutura e Geração de escala de maquinistas - Linhas 7 e 10	1
H	Parametrização e Implantação do Módulo de operação diária - Escalante - Linhas 8 e 9	1
I	Parametrização e Implantação do Módulo de operação diária - Escalante - Linhas 7, 10, 11, 12 e 13	1
J	Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal - Módulo Geração de Escala de Maquinista	2
K	Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal - Módulo Planejamento	2
L	Treinamento com entrega de material didático de apoio	1
M	Entrega e Entrega de Documentação Técnica	1
N	Operação Assistida pós startup	1
O	Acesso perfil Administrador (5 usuários simultâneos)	2
P	Acesso perfil Tático Operacional (20 usuários simultâneos)	2

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	GRAU
Q	Acesso Perfil Visualização Qualificada (40 usuários simultâneos)	2
R	Acesso perfil Visualização Escala (500 usuários simultâneos)	2
S	Uso da Solução SaaS em Produção Mensal - Módulo Planejamento	2
T	Uso da Solução SaaS em Produção Mensal - Módulo Geração de Escala de Maquinistas	2

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato;

17.2 Os valores das multas de grau 2 serão calculados por meio da seguinte fórmula:

$$P = M \times \frac{99,49}{d}, \text{ sendo:}$$

P = penalidade a ser aplicada sobre o valor do evento (%), limitado a 100%;

M = multa correspondente a 15%;

d = disponibilidade (%).

17.3 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

17.4 O pagamento das multas previstas no subitem 17.1 não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.

17.5 Na hipótese do valor da multa ultrapassar o valor da garantia e de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

17.6 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no item de pagamento deste contrato.

18 RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CPTM a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço, nos prazos estipulados;
- c) a subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da CPTM;
- d) a fusão, cisão, incorporação, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da CPTM para avaliação da manutenção das condições de habilitação;

- e) o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) a dissolução da sociedade, o falecimento da CONTRATADA, a decretação de falência ou a insolvência civil da CONTRATADA;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) o atraso nos pagamentos devidos pela CPTM, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- m) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- n) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

18.1.1 A rescisão por iniciativa do CONTRATADA, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

18.2 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela CONTRATADA, até a data rescisória, passarão à propriedade da CPTM.

18.3 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a CPTM.

18.4 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

19 SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1 O objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela CONTRATADA, não sendo admitida a subcontratação.

20 GARANTIA TÉCNICA

- 20.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela CONTRATADA subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela CPTM, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 20.2 A CONTRATADA responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela CPTM.
- 20.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da CONTRATADA.

21 PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos, bancos de dados e outros documentos elaborados pela CONTRATADA, na execução dos serviços, serão entregues à CPTM, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na CPTM.
- 21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela CPTM, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 21.3 A documentação técnica apresentada à CONTRATADA é de propriedade da CPTM, sendo vedada sua utilização pela CONTRATADA para outros fins que não os previstos neste contrato. A CONTRATADA deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a CONTRATADA deverá ter entregue à CPTM, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

22 DIREITOS AUTORAIS

- 22.1 A CONTRATADA deverá garantir, indenizar e proteger a CPTM, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações,

ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

22.2 A CPTM comunicará à CONTRATADA, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a CONTRATADA, conforme opção da CPTM, a:

22.2.1 defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a CPTM a ser condenada, por força das citadas medidas;

22.2.2 substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

22.2.3 garantir à CPTM a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela CPTM, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela CPTM.

22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a CPTM o conhecimento de detalhes do projeto.

23 ALTERAÇÕES

23.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 150, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

23.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

23.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

23.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 23.2.

23.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 152, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

23.6 Em caso de concessão da operação de alguma linha da CPTM à iniciativa privada:

23.6.1 Para os itens referentes à “USO DA SOLUÇÃO SAAS EM PRODUÇÃO MENSAL”, “ACESSO PERFIL” e “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO MENSAL”, a CPTM poderá reduzir a remuneração mensal prevista para os itens respectivos da Planilha de Preços, proporcionalmente, em função do: i) quadro remanescente de maquinistas (peso 1); ii) trens remanescentes (peso 1), utilizando como referência a tabela a seguir:

Linha da CPTM	Porcentagem da Frota de Trens Alocada na Linha	Porcentagem do Quadro de Maquinistas Alocados na Linha
7 - Rubi	15,08%	18,67%
8 - Diamante	15,08%	13,16%
9 - Esmeralda	15,58%	14,02%
10 - Turquesa	15,58%	15,31%
11 - Coral	18,59%	18,67%
12 - Safira	16,08%	15,45%
13 - Jade	4,02%	4,72%
Total	100,00%	100,00%

23.6.2 A CPTM deverá informar à CONTRATADA com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias;

23.6.3 As alterações e os ajustes necessários realizados pela CPTM não implicarão em custos adicionais de qualquer ordem às partes, renunciando, a CONTRATADA, expressamente e desde já a qualquer direito ou valor a título de indenização e/ou reequilíbrio econômico-financeiro advindo dessa desmobilização parcial.

24 COMUNICAÇÕES

24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas como segue:

CPTM:
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Rua Boa Vista nº 185 - Centro
SÃO PAULO - SP - BRASIL
CEP 01014-001
CONTRATO Nº 044820300100

CONTRATADA:
CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA
Avenida Paulo VI nº 621, Térreo, Sumaré
SÃO PAULO - SP - BRASIL
CEP 01262 010
CONTRATO Nº 044820300100
CONTATO: Romano Iury Matos Garcia
TEL: (21) 98052-0082
E-MAIL: rgarcia@goalsystems.com

24.1.1 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação internacional ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

24.1.2 A CPTM e a CONTRATADA deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

24.1.3 A interlocução entre a CPTM e a CONTRATADA para as empresas constituídas em consórcio, em qualquer hipótese, dar-se-á sempre através da empresa líder, indicada no Instrumento de Constituição de Consórcio.

24.2 Todas as documentações ou comunicações realizadas entre a CPTM e a CONTRATADA serão feitas no idioma português.

25 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

25.1 O recebimento e aceitação do objeto deste contrato será realizado de forma parcelada, observando-se, no que couber, as disposições contidas no artigo 154, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

25.2 As parcelas a que se refere o subitem 25.1 serão categorizadas em:

25.2.1 1ª Parcela: Implantação da ferramenta em ambiente de produção, ao final do 20º mês; e

25.2.2 2ª Parcela: Término da execução dos serviços, ao final do 60º mês.

25.3 O objeto deste contrato será aceito pela CPTM, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.

25.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita de conclusão de cada parcela dos trabalhos pela CONTRATADA. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a CONTRATADA passará à condição de inadimplência perante a CPTM.

25.5 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório – TRP da 2ª Parcela - Término da execução dos serviços, ao final do 60º mês, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA.

26 NOVAÇÃO

26.1 Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

28 VÍNCULO AO EDITAL

28.1 Para execução dos serviços objeto deste contrato, foi realizada a Licitação Internacional nº 0448203001, cujos atos encontram-se no Processo nº 0448203001.

28.2 O presente contrato está vinculado ao instrumento convocatório da Licitação Internacional nº 0448203001 e à proposta da CONTRATADA.


29 FORO


29.1 As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

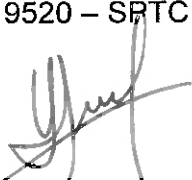
E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinado uma à CONTRATADA e outra à CPTM, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.


São Paulo, 03 de Maio de 2022.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

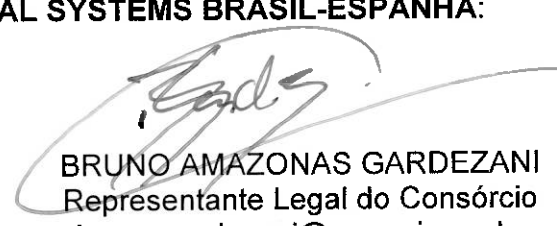

GILSA EVA DE SOUZA COSTA
Diretora Administrativa e Financeira
gilsa.costa@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 955.679.681-91
RG nº 4019520 – SPTC – GO


LUIZ EDUARDO ARGENTON
Diretor de Operação e Manutenção
argenton@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 056.324.968-48
RG nº 16.550.211-3


VAGNER RODRIGUES
Gerente Geral de Operação
vagner@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 094.368.788-85
RG nº 16.120.622

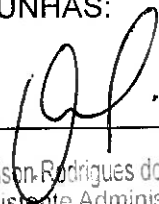

PAULO HENRIQUE CARDOSO MOTA
Gerente de Circulação e Controle Operacional
paulo.mota@cptm.sp.gov.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 270.252.148-76
RG nº 26.407.175-X

Pelo **CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA**:

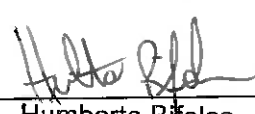

BRUNO AMAZONAS GARDEZANI
Representante Legal do Consórcio
bruno.gardezani@numeric.srv.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 337.932.658-54
RG nº 34.616.027-3

TESTEMUNHAS:

1)


Edmilson Rodrigues dos Santos
Assistente Administrativo
Gerência de Contratações e
Compras - GFC

2)


Humberto Bifolco
Analista de Processos de
Contratação – GFC/A

ANEXO 1

CONTRATO Nº 044820300100

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO



ANEXO 1**CONTRATO Nº 044820300100****CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO****1 OBJETO**

- 1.1 Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).
- 1.2 O objeto desta contratação inclui customização/parametrização, manutenção, suporte técnico e treinamento.

2 DIRETRIZES BÁSICAS**2.1 SEGURANÇA, MEDICINA E HIGIENE DO TRABALHO**

- 2.1.1 Para a execução dos serviços deverão ser respeitadas as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da CPTM.

2.2 TRANSPORTE

- 2.2.1 Todo o transporte necessário referente à prestação de serviços conforme estabelecido neste objeto de contratação, incluindo o transporte de pessoal, ferramentas e materiais deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive encargos, embalagens e seguro.

2.3 RECURSOS HUMANOS

- 2.3.1 A mão de obra da CONTRATADA deverá ser qualificada e devidamente treinada para as tarefas previstas na especificação técnica, de modo a atender as atividades previstas nestas Condições Gerais de Contratação.
- 2.3.2 Os empregados da CONTRATADA que estiverem prestando serviços nas dependências da CPTM deverão se apresentar devidamente uniformizados e estar identificados por meio de crachás, posicionado em local visível, e identificando-se sempre que os fiscais da CPTM assim o exigirem e, caso necessário, usando os EPI's e/ou EPC's pertinentes à função.
- 2.3.3 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela CPTM, a documentação que comprove o atendimento a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

2.4 MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

- 2.4.1 A CPTM não fornecerá nenhum tipo de material, equipamento ou ferramenta adicional para realização do escopo de serviços contratados, sendo que esta obrigação é de responsabilidade da CONTRATADA.

2.5 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

- 2.5.1 A mobilização e desmobilização de máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos serão às expensas da CONTRATADA.

3 EVENTOS FÍSICOS DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 3.1 Os eventos são definidos em função do cronograma físico-financeiro, já disponibilizado em mídia eletrônica, conforme subitem 4.2 destas Condições Gerais de Contratação.

3.2 Descrição dos Eventos

- 3.2.1 A descrição de eventos tem por base a Especificação Técnica ET CPTM BE8354-6 – “Prestação de Serviços e Implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo “Software as a Service – SaaS” (Computação em Nuvem), já disponibilizada em mídia eletrônica, conforme subitem 4.1 destas Condições Gerais de Contratação e a respectiva Planilha de Quantidades e Preços Propostos.

3.3 Critérios de Medição

- 3.3.1 As medições serão realizadas conforme critérios detalhados para cada item de planilha apresentado na sequência:

3.3.1.1 Evento A: Elaboração e Entrega de Plano de Trabalho

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração e entrega de Plano de Trabalho, que consiste em um relatório contendo descrições detalhadas de como é feito atualmente o planejamento operacional e a gestão de escala de maquinistas na CPTM, bem como a descrição das etapas, atividades e o planejamento para coleta dos dados necessários para a implantação da ferramenta objeto desta contratação.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela entrega do relatório - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.2 Evento B: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 8 e 9

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração, a partir dos dados obtidos no Plano de Trabalho, do planejamento dos deslocamentos dos trens (comerciais ou não) das Linhas 8 e 9, apresentando-os em forma gráfica e tabular.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento

ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.3 Evento C: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 11, 12 e 13

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração, a partir dos dados obtidos no Plano de Trabalho, do planejamento dos deslocamentos dos trens (comerciais ou não) das Linhas 11, 12 e 13, apresentando-os em forma gráfica e tabular.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.4 Evento D: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 7 e 10

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração, a partir dos dados obtidos no Plano de Trabalho, do planejamento dos deslocamentos dos trens (comerciais ou não) das Linhas 7 e 10, apresentando-os em forma gráfica e tabular.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.5 Evento E: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 8 e 9

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração e controle dos recursos humanos necessários à operação Linhas 8 e 9 da CPTM, ou seja, escala de maquinistas e equipes de apoio, considerando os objetivos operacionais da CPTM de forma a otimizar os recursos disponíveis para o planejamento de tripulação.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.6 Evento F: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 11, 12 e 13

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração e controle dos recursos humanos necessários à operação Linhas 11, 12 e 13 da CPTM, ou seja, escala de maquinistas e equipes de apoio, considerando os objetivos operacionais da CPTM de forma a otimizar os recursos disponíveis para o planejamento de tripulação.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.7 Evento G: Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 7 e 10

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração e controle dos recursos humanos necessários à operação Linhas 7 e 10 da CPTM, ou seja, escala de maquinistas e equipes de apoio, considerando os objetivos operacionais da CPTM de forma a otimizar os recursos disponíveis para o planejamento de tripulação.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.8 Evento H: Parametrização e Implantação do Módulo de Operação Diária - Escalante - Linhas 8 e 9

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração do módulo da ferramenta que será operado pelo Escalante diariamente, para este possa gerenciar qualquer tipo de mudanças não programadas, permitindo reprogramação imediata para atendimento dos serviços.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.9 Evento I: Parametrização e Implantação do Módulo de Operação Diária - Escalante - Linhas 7, 10, 11, 12 e 13

- a) O PREÇO INCLUI: A elaboração do módulo da ferramenta que será operado pelo Escalante diariamente, para este possa gerenciar qualquer tipo de mudanças não programadas

permitindo reprogramação imediata para atendimento dos serviços.

- b) **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço será medido pela apresentação do módulo da ferramenta correspondente a este evento de maneira funcional - conjunto (cj). O pagamento ocorrerá conforme seguinte critério: 100% após aprovação da CPTM.

3.3.1.10 Evento J: Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal – Módulo Geração Escala de Maquinistas

- a) **O PREÇO INCLUI:** A prestação de serviço de suporte técnico mensal.
- b) **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.11 Evento K: Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal – Módulo Planejamento

- a) **O PREÇO INCLUI:** A prestação de serviço de suporte técnico mensal.
- b) **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.12 Evento L: Treinamento com entrega de material didático de apoio

- a) **O PREÇO INCLUI:** O treinamento com entrega de material didático de apoio.
- b) **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.13 Evento M: Entrega de Documentação Técnica

- a) **O PREÇO INCLUI:** A entrega de documentação técnica.
- b) **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:** O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.14 Evento N: Operação Assistida Pós Startup

- a) **O PREÇO INCLUI:** A operação assistida pós startup, que consiste no acompanhamento da operação dos módulos da ferramenta após sua implantação, garantindo sua estabilidade por um período de 30 dias.

- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.15 Evento O: Acesso Perfil Administrador (5 usuários simultâneos)

- a) O PREÇO INCLUI: A possibilidade de acesso de 5 usuários simultâneos ao perfil Administrador da ferramenta, que consiste em liberar e manter disponível o acesso a 5 usuários de perfil Administrador no sistema.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.16 Evento P: Acesso Perfil Tático Operacional (20 usuários simultâneos)

- a) O PREÇO INCLUI: A possibilidade de acesso de 20 usuários simultâneos ao perfil Tático Operacional da ferramenta, que consiste em liberar e manter disponível o acesso a 20 usuários de perfil Tático Operacional no sistema.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.17 Evento Q: Acesso Perfil Visualização Qualificada (40 usuários simultâneos)

- a) O PREÇO INCLUI: A possibilidade de acesso de 40 usuários simultâneos ao perfil Visualização Qualificada da ferramenta, que consiste em liberar e manter disponível o acesso a 40 usuários de perfil Visualização Qualificada no sistema.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.18 Evento R: Acesso Perfil Visualização Escala (500 usuários simultâneos)

- a) O PREÇO INCLUI: A possibilidade de acesso de 500 usuários simultâneos ao perfil Visualização Escala da ferramenta, que consiste em liberar e manter disponível o acesso a 500 usuários de perfil Visualização Escala no sistema.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.19 Evento S: Uso da Solução SaaS em Produção Mensal – Módulo Planejamento

- a) O PREÇO INCLUI: O uso da solução SaaS em produção mensal, que consiste em manter disponível e atualizado todos os requisitos da ferramenta solicitados na Especificação Técnica ET CPTM BE8354-6, já disponibilizada em mídia eletrônica.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

3.3.1.20 Evento T: Uso da Solução SaaS em Produção Mensal – Módulo Geração de Escala de Maquinistas

- a) O PREÇO INCLUI: O uso da solução SaaS em produção mensal, que consiste em manter disponível e atualizado todos os requisitos da ferramenta solicitados na Especificação Técnica ET CPTM BE8354-6, já disponibilizada em mídia eletrônica.
- b) CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: O serviço será medido e pago por mês de serviço prestado, aceito e aprovado pela Fiscalização da CPTM.

4 ANEXOS (já disponibilizados em mídia eletrônica por ocasião da divulgação do edital)

4.1 Especificação Técnica ET CPTM BE8354-6.

4.2 Cronograma Físico-Financeiro.

4.3 Integram estas Condições Gerais de Contratação os esclarecimentos prestados às empresas através das cartas CT.GFC.21/2021, CT.DO.007/2021, CT.GFC.66/2021, CT.DO.010/2021 e CT.GFC.80/2021, anexas.

ESCLARECIMENTOS



CT.GFC. 21 /2021
20 de janeiro de 2021

À
Todas as Empresas que Retiraram o Edital

Licitação nº 0448203001 - Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).

Transcrevemos a seguir, perguntas formuladas por empresa interessada na participação do certame sob referência, seguidas dos respectivos esclarecimentos:

PERGUNTA 01:

"Existe no ANEXO 7: PLANILHA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO ESTIMADO, um valor na Planilha de R\$ 36.863.073,16.
Este é o orçamento máximo destinado para esta Licitação? Qual o sentido de estes valores?"

RESPOSTA 01:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no subitem 10.13.2.1 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 02:

"Quantas rodadas de Lance haverão para cada participante?"

RESPOSTA 02:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 03:

"Existe alguma nota (valor) de corte para ir a Fase de Lance?"



RESPOSTA 03:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 04:

“No ANEXO 1: CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO, no Item 3: Critérios de Medição, estão todos os eventos que compõem o projeto e os Critérios de Medição de cada evento, onde sinaliza como o serviço será medido e pago por mês do serviço prestado. Entretanto, no Item 25 da Minuta do Contrato: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DESTES CONTRATO, nos Subitens 25.1 e 25.2 menciona somente dois (2) desembolsos, 1ª parcela no 20º mês e 2ª parcela no 60º mês.....qual o entendimento correto?”

RESPOSTA 04:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que os desembolsos financeiros obedecerão ao Anexo 1 do edital - Condições Gerais de Contratação e Anexo 3 do edital – Cronograma Físico Financeiro. Os subitens 25.1 e 25.2 da Quarta Parte do edital – Minuta de Contrato, referem-se ao Termo de Recebimento Provisório (TRP) e Termo de Recebimento Definitivo (TRD) do objeto do contrato.

PERGUNTA 05:

“Após a seleção da melhor oferta e no caso de o proponente ter indicado que não pode aceitar certos elementos contratuais (mas está disposto a discutir alternativas mutuamente concordantes), a submissão ainda será aceita até que os problemas possam ser mutualmente resolvidos, ou a submissão será automaticamente rejeitada e desqualificada?”

RESPOSTA 05:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, devendo a futura Contratada se submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação internacional.

PERGUNTA 06:

“Caso o proponente não cumprir um requisito não essencial *, ou cumprir apenas parcialmente um requisito em que a parte não conforme não seja essencial deste requisito, esta oferta será automaticamente desqualificada?

Como serão julgados os requisitos nos quais a proponente oferecer funcionalidades a serem desenvolvidas?



Exemplo de requisito não essencial*: Programação automática de médicos"

RESPOSTA 06:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 07:

"Depois que a CPTM escolher o lance mais baixo, como a CPTM avaliará a conformidade técnica e a qualidade da oferta técnica? Haverá a necessidade de uma demonstração detalhada? A demonstração exigirá dados CPTM? Como os algoritmos propostos serão avaliados?"

RESPOSTA 07:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 9.3 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital. Não será exigida demonstração de algoritmos propostos, bem como dados da CPTM.

PERGUNTA 08:

"Caso nenhum licitante atenda 100% dos requisitos da licitação, todas as propostas serão desclassificadas?"

RESPOSTA 08:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que sim.

PERGUNTA 09:

"Se uma proposta excluir funções não essenciais, outras propostas serão avaliadas?"

RESPOSTA 09:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 10:

"Se mais de uma proposta for classificada com itens a serem desenvolvidos ou com requisitos parcialmente atendidos, como ela será comparada e classificada? quais mecanismos irão reger os processos de avaliação além do valor do projeto?"



RESPOSTA 10:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 11:**"9.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA****9.3.1**

Comprovação de aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica em nome da Proponente, individualmente ou como membro de um consórcio, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- a) Para fins de comprovação das características, quantidades e prazos a que se refere este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a prestação de serviços, com implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no Modelo "Software as a Service — SaaS" (Computação em Nuvem), bem como o respectivo Suporte Técnico, com as seguintes características, quantidade e prazos:

- a1) Prestação de serviço em sistemas de transporte público de passageiros com SLA igual ou superior a 99.5% sem nenhum descumprimento no prazo contínuo de 30 meses, contemplando 750 (setecentos e cinquenta) condutores gerenciados, 100 (cem) veículos gerenciados, com planejamento operacional e gestão de condutores em empresas de sistemas de transporte, de forma ininterrupta, no prazo de 30 meses contínuos.

Parece-nos perfeito e essencial que a CPTM defina requisitos que garantam a capacidade dos provedores, mas neste caso, e seguramente por lapso na sua redação, a especificidade da cláusula acima transcrita pode acabar por ser limitativa da participação (da nossa e de outros provedores com qualidade) e não garantir a capacidade dos concorrentes em conseguirem executar o projeto.



Senão vejamos:

- A empresa tem vários clientes onde há mais de 30 meses faz o gerenciamento de mais de 750 (setecentos e cinquenta) condutores com planejamento operacional e gestão de condutores em empresas de sistemas de transporte público de passageiros.
- A empresa tem clientes onde faz o gerenciamento de cerca de 100 (cem) veículos em empresas de sistemas de transporte público de passageiros (estes clientes não são necessariamente os mesmos indicados no ponto anterior).
- A empresa tem clientes em que o sistema está alojado na nuvem.
- A empresa tem capacidade para garantir um SLA igual ou superior a 99.5% sem nenhum descumprimento no prazo contínuo de 30 meses.

Simplemente, a empresa, bem como provavelmente a maior parte dos outros provedores, ainda que aqueles de elevada qualidade, não tem nenhum cliente onde todos estes parâmetros se conjuguem.

A empresa pode, no entanto, garantir que face à sua experiência e capacidade técnica, consegue implementar o projeto com as características acima mencionadas. Não pode é certificar que algum dos seus clientes tenha exatamente a conjugação das características acima mencionas.

Pode ainda, de acordo com as cláusulas b1) e b2) do mesmo artigo 9.3 Qualificação Técnica, anexar (um ou dois) atestados emitidos por diferentes clientes, que certifiquem que, para as quantidades de condutores e/ou veículos, os serviços foram executados de forma contínua e concomitantemente, sem quaisquer interrupções durante um período de 30 meses.

Vimos, por estas razões, sugerir que a CPTM considere por um lado a remoção da obrigatoriedade de atestados no Modelo "Software as a Service — SaaS" (Computação em Nuvem) e por outro a remoção total da cláusula a1).

Em alternativa à remoção total da cláusula a1) sugerimos que esta poderia ser substituída pela seguinte redação (que não obrigaria a que o projeto tivesse sido no modelo "Software as a Service — SaaS" (Computação em Nuvem)): a1) Prestação de serviço em sistemas de transporte público de passageiros contemplando 750 (setecentos e cinquenta) condutores gerenciados e/ou 100 (cem) veículos gerenciados, com planejamento operacional.



Ficamos assim a aguardar pela confirmação e validação da sugestão da empresa uma vez que, se a mesma não for aceite, vemo-nos, com grande tristeza, impedidos de tomar parte na referida Licitação, uma vez que nos é impossível cumprir todos os critérios da cláusula em questão, ainda que sabendo que temos todas as capacidades para participar e vencer a mesma."

RESPOSTA 11:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, devendo ser atendido na íntegra o item 9.3. das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 12:

3.1.3 empresas estrangeiras que não estejam em funcionamento no Brasil:

- a) participando individualmente. Na hipótese de se sagrar vencedora, deverá constituir representação legal no país, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que será responsável pela emissão de documentos de cobranças e recebimento dos pagamentos.

Somos representantes de uma empresa estrangeira que não está em funcionamento no Brasil, mas interessada em participar da licitação. Não entendemos claramente o que quer dizer "constituir representação legal no país". Isso significa que a matriz estrangeira pode enviar a oferta em seu nome e citar nossa empresa como representante legal? Ou isso quer dizer que se vencermos, a matriz precisa abrir uma filial no Brasil para celebrar o contrato com a CPTM?"

RESPOSTA 12:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial nos itens 3 e 12 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 13:

- 6.2 Cada PROPONENTE apresentar-se-á com apenas um representante legal que será o único admitido a intervir em todas as etapas do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada.**

Esse representante legal pode ser uma pessoa da empresa que representa a companhia estrangeira que não está em funcionamento no Brasil ou necessariamente precisa ser um funcionário da empresa estrangeira? Caso seja apenas aceitável um funcionário direto da empresa estrangeira, mas este não fale Português, como se faz?"



RESPOSTA 13:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no item 6 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 14:

“O pagamento das mensalidades à empresa vencedora poderá ser feito em Dólares ou Euros?”

RESPOSTA 14:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o pagamento será efetuado em moeda nacional (Reais), conforme item 5 Quarta Parte do edital – Minuta de Contrato.

PERGUNTA 15:**ITEM 9.2:**

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

Essa “filial” pode ser a empresa brasileira que representa oficialmente a empresa estrangeira?

RESPOSTA 15:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento não está correto. A figura da “filial” não se confunde com a representante legal.

PERGUNTA 16:**ITEM 9.3, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Para fins de comprovação das características, quantidades e prazos a que se refere este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a prestação de serviços, com implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no Modelo “Software as a Service - SaaS” (Computação em Nuvem), bem como o respectivo Suporte Técnico, com as seguintes características, quantidade e prazos:



Somos representantes de uma empresa estrangeira que não está em funcionamento no Brasil, mas interessada em participar da licitação. Podemos entrar na licitação com nossa empresa brasileira e apresentar os atestados da empresa estrangeira que representamos?

RESPOSTA 16:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento não está correto, devendo ser atendido na íntegra o item 9.3. das Condições Específicas – Terceira Parte do edital .

PERGUNTA 17:

- 9.4.11 As empresas estrangeiras que não funcionem na República Federativa do Brasil deverão apresentar documentos equivalentes de seus países de origem ou declaração de inexistência de sua equivalência, observado o que dispõe a respeito os subitens 9.10, 9.10.1, 9.10.2, 9.10.3 e 9.10.4.

E

- 9.4.6 Prova de que na data estabelecida para a entrega das propostas, possui capital social integralizado ou patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta, devendo a comprovação ser feita na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

Somos representantes de uma empresa estrangeira que não está em funcionamento no Brasil, mas interessada em participar da licitação. Podemos apresentar a comprovação de que a empresa estrangeira possui o patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor da proposta?

RESPOSTA 17:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento não está correto, devendo ser atendido na íntegra o item 9.4. das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 18:

“O orçamento informado de R\$36 milhões é o valor máximo que a CPTM pagará pelo contrato ou existe a possibilidade de entregarmos nossa oferta com preço mais elevado e a CPTM aceitar pagar mais do que o orçamento?”

Rullo

RESPOSTA 18:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as informações constam no edital, em especial no subitem 10.13.2.1 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 19:

“Nos termos dos itens 3.1.3 ‘a’ do Edital, a sociedade estrangeira que se sagrar vencedora da Licitação deverá constituir representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que será responsável pela emissão de documentos de cobrança e recebimento de pagamentos.

- a) Entendemos que quando se indica que o representante deverá ter os poderes citados acima, o que se deseja é apenas que o representante possa apresentar documentos em nome da Proponente — e não que o representante assuma a posição contratual da Proponente, obrigando-se diretamente e em seu próprio nome a cumprir o objeto do contrato.
- b) Entendemos ainda que o representante supracitado não será responsável pela assinatura do contrato, no caso de vitória na Licitação, sendo que a Proponente deverá assinar o contrato por meio de seus administradores legalmente nomeados, observado o disposto no item 1.3 abaixo.
- c) Tendo em vista que a contratação decorrente da Licitação terá natureza continuada (60 meses), entendemos que a empresa estrangeira, caso vença a Licitação, isoladamente ou em consórcio, deverá funcionar no Brasil, portanto, aplicando-se o disposto no art. 1.134 do Código Civil¹.

Nossos entendimentos estão corretos? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação.”

¹ É o que leciona Marçal Justen Filho, vejamos: “Logo, deve-se interpretar que o dispositivo se refere aos casos em que a contratação da empresa estrangeira não caracterizaria “funcionamento” no Brasil. Suponha-se hipótese em que a empresa fabricará produtos no estrangeiro e os entregará, no Exterior ou mesmo no Brasil, a entidade integrante da Administração. Não caberá exigência de “autorização”. Se houver necessidade dessa natureza, deverá ser prevista como requisito para habilitação.” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18ª ed. São Paulo: Dialética, 2019, p. 828.



RESPOSTA 19:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que os entendimentos estão corretos, sem obstar responsabilidade de receber citação e responder administrativa ou judicialmente representando a licitante.

PERGUNTA 20:

“Conforme previsto nos itens 9.4.6 e 9.4.7 do Edital, o consórcio deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social correspondente ao valor mínimo exigido do Proponente individual (i.e. 10% do valor da proposta), acrescido de 30%, considerando o somatório dos valores de cada consorciada na proporção de sua respectiva participação no consórcio.

Tal regra é prevista na Lei Federal n. 8.666/1993², que confere à Administração Pública a prerrogativa de optar por uma das modalidades ali indicadas – patrimônio líquido ou capital social ou garantia – para avaliar a boa situação financeira das empresas licitantes³.

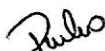
É dizer, no instrumento convocatório, a Administração Pública poderá exigir, quando cabível⁴, um desses critérios a fim de aferir a capacidade econômico-financeira do licitante de executar o futuro contrato. Em sua análise desse dispositivo, Marçal Justen Filho é categórico sobre a insuficiência do capital social para essa finalidade, sendo certo que apenas a análise do patrimônio líquido é critério hábil a evidenciar saúde financeira da empresa. Veja-se:

“(…) A definição contábil da situação patrimonial da sociedade faz-se através de balanços e outras demonstrações financeiras. Nesse plano é que se alude a “patrimônio líquido”. Significa que o valor do capital social, por mais elevado que o seja, é insuficiente para revelar a boa situação econômica de uma sociedade. O capital social pode ser elevadíssimo e a sociedade encontrar-se insolvente. (...) Por isso, o valor do capital social não fornece qualquer dado seguro acerca da situação econômica da sociedade. Não é índice objetivo de qualificação

² Art. 31 (...) § 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

³ “Permite-se, em casos especiais, a exigência de valores mínimos para o capital social ou o patrimônio líquido dos interessados, assim como a prestação de garantia específica, na forma do art. 56.” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18ª ed. São Paulo: Dialética, 2019, p. 810.

⁴ “(...) Se a execução do objeto do contrato não exigir grande inversão de recursos, a cláusula de patrimônio líquido será desnecessária. A indevida previsão de requisito dessa ordem caracterizará vício a ser reprimido.” Op. Cit., p. 811.



econômico-financeira. A comprovação da idoneidade somente pode obter-se através de dados atinentes ao patrimônio líquido (...)”⁵. (grifos nossos)

Dito isso, entendemos que para sua habilitação na Licitação, as Proponentes deverão comprovar que possuem o patrimônio líquido mínimo exigido nos itens 9.4.6 e 9.4.7 do Edital, sendo certo que comprovação de capital social mínimo não será suficiente para atendimento a esse requisito de qualificação econômico-financeira.

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação.”

RESPOSTA 20:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido na íntegra os itens 9.4.6 e 9.4.7 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital, que estão em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

PERGUNTA 21:

“De acordo com os itens 9.4.6 e 9.4.7 do Edital, o consórcio deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao valor mínimo exigido do Proponente individual (i.e. 10% do valor da proposta), acrescido de 30%, considerando o somatório dos valores de cada consorciada na proporção de sua respectiva participação no consórcio. Nos termos do supracitado item 9.4.6, a base de cálculo a ser utilizado pelo consórcio é o “valor total do capital ou do patrimônio líquido aqui exigido”.

Como é cediço, essa base de cálculo não é pacífica na doutrina e jurisprudência. Há entendimentos no sentido de que o cálculo deve ser feito com base no patrimônio líquido exigido do consórcio⁶, ao passo que há recomendações para adoção do patrimônio líquido de cada consorciada como base para o cálculo⁷.

⁵ Op. Cit., p. 811.

⁶ Acórdão TCU n. 587/2001. Se o mínimo exigido para a habilitação do consórcio é R\$ 2.000.000,00 e o consórcio é formado por 10 empresas, cada qual com 10% de participação, o correto é exigir que cada participante desse consórcio tenha patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 200.000,00, de forma que o total ultrapasse o valor mínimo exigido. É exatamente isso que a lei quer e diz, embora sua redação dê margem a confusões, como a do DNER e do Ministério Público, com a consequência nada neutra de alijar da competição dezenas de potenciais competidores e nela manter apenas as grandes empresas, com PLs acentuadamente grandes.

⁷ Como por exemplo, Parecer da Procuradoria Federal Especializada do DNIT no Despacho nº 0301/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU. Sobre o tema Marçal Justen Filho assevera que “Por decorrência, o percentual de participação do consórcio será aplicado sobre os valores que ele apresentar em sua contabilidade ou outros documentos. Assim, se o Proponente for titular de 20% do consórcio,



Tendo em vista o disposto no Edital e na alínea 'a' e inciso IV, do art. 81 do Regulamento, o cálculo deve ser feito com base no patrimônio líquido exigido do consórcio. A exemplo: se cada consorciada é titular de 50% do consórcio, deverá ser verificado, para fins de somatório, se cada consorciada detém patrimônio líquido de pelo menos 50% do valor do valor do patrimônio líquido exigido do consórcio.

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 21:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido na íntegra os itens 9.4.6 e 9.4.7 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital, que estão em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM.

PERGUNTA 22:

"Conforme previsto na alínea 'b', do inciso IV, do art. 81 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM (vigente a partir de 27/10/2020) ("Regulamento"), "para contratação de serviços contínuos, os percentuais referentes ao capital mínimo ou patrimônio líquido da licitante devem ser calculados sobre o valor proposto correspondente ao período de 12 (doze) meses."

Entendemos que, para fins de qualificação econômico-financeira na Licitação, a Proponente deverá realizar o cálculo do patrimônio líquido mínimo considerando um período de 12 meses e não o valor total proposto para a contratação (60 meses).

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 22:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento não está correto, uma vez que o objeto da licitação não é contínuo.

PERGUNTA 23:

"Nos termos do Edital e da legislação aplicável aos certames promovidos pela CPTM, empresas estrangeiras poderão apresentar a documentação exigida em conformidade com

deverão ser considerados - para fins de somatório - os montantes correspondentes a 20% dos valores de que o Proponente dispuser como patrimônio líquido ou capital social."



a legislação do país de origem, devendo, tanto quanto possível, apresentar documentos equivalentes àqueles exigidos das empresas brasileiras.

O item 9.3 'b4' do Edital estabelece que "O(s) atestado(s) internacional(is) deverá(ão) ser apresentado(s) por documento(s) equivalente(s), autenticado(s) pelo respectivo Consulado e traduzido(s) para o idioma português, por tradutor juramentado." Uma vez que tal atestado não é baseado em um modelo padrão brasileiro, entendemos que a referência a um "documento equivalente" no item 9.3.1 'b4' do Edital está equivocada, sendo certo que o atestado apenas deve conter os dados que evidenciam a aptidão da Proponente para execução do contrato.

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 23:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento não está correto, devendo ser atendido na íntegra o item 9.3 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 24:

"O item 4.25.2 do documento intitulada ET - Especificação Técnica aborda a temática do cálculo de férias. Neste sentido, entendemos que o sistema de geração de escalas de maquinistas receberá parâmetros dos sistemas da CPTM (Recursos Humanos e/ou outros) com dados de entrada, tais como: (i) período aquisitivo, e (ii) número de dias de férias a gozar etc. Entendemos que este raciocínio também é aplicável para os exames médicos periódicos e treinamentos para reciclagem ou qualificação técnica.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 24:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento está correto.

PERGUNTA 25:

"O Anexo I do Edital, notadamente os itens de 3.3.1.15 a 3.3.1.18 tratam do tema acessos e usuários simultâneos. O texto determina que o sistema deve estar dividido em 4 (quatro) grupos de perfis com diferentes autorizações e características. São eles:



- Perfil Administrador: 5 acessos simultâneos;
- Perfil Tático Operacional: 20 acessos simultâneos;
- Perfil Visualização Qualificada: 40 usuários simultaneamente; e
- Perfil Visualização escalas: 500 usuários simultaneamente.

Considerando que não há outras informações acerca de tais perfis, solicitamos a gentileza de que a CPTM esclareça em detalhes o que significa cada um desses perfis, bem como as funções e os tipos de acesso desejado para cada um deles.”

RESPOSTA 25:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que os perfis indicam os acessos aos módulos descritos na Especificação Técnica. Além do tipo de perfil, o acesso será restrito a determinado grupo definido pelas linhas da CPTM, sendo a divisão: 7 e 10, 8 e 9, 11, 12 e 13. Abaixo foram descritos os itens constantes na Especificação Técnica referentes aos módulos que cada perfil deverá acessar, sendo que os Perfis Tático Operacional e Visualização Qualificada serão divididos entre Estratégia Operacional ou Tração (Alocação de maquinistas):

- Perfil Administrador: 5 acessos simultâneos;
Definição de todos os parâmetros de todos os módulos e concessão de acessos;
- Perfil Tático Operacional: 20 acessos simultâneos;
Estratégia Operacional: Item 4.3: Módulo de elaboração do gráfico horário de oferta de viagens; ou
Tração: Item 4.20: Elaboração da estrutura;
- Perfil Visualização Qualificada: 40 usuários simultaneamente;
Estratégia Operacional/CCO: Item 4.18: Acompanhamento do Gráfico horário executado; ou
Tração: Item 4.27: Operação diária – Escalante;
- Perfil Visualização escalas: 500 usuários simultaneamente.
Item 4.29: Portal de Acesso Remoto.

PERGUNTA 26:

“O item 4.26.2b. do documento de ET - Especificação Técnica trata da possibilidade de realização de trabalho de maquinistas em dupla.

- a) Considerando que não há outras informações acerca do tema, solicitamos a gentileza de informarem como é realizado este trabalho em dupla.



- b) Adicionalmente, perguntamos: as tarefas realizadas pelos 2 (dois) maquinistas são as mesmas durante a jornada de trabalho?
- c) Existem outras situações que contemplem o trabalho em dupla? Em caso positivo, favor especificar. "

RESPOSTA 26:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que há as seguintes situações em que o trabalho de maquinistas pode ser realizado em dupla:

- **Condução monitorada:** Os monitores atuam de forma a supervisionar e orientar os maquinistas que estão no treinamento prático, ou seja, que estão aprendendo a conduzir o trem. Verifica se o maquinista está conduzindo o trem/locomotiva da forma que foi orientado no treinamento, respeitando as normas e procedimentos. Caso perceba qualquer distração por parte do "treinando", intervém nos equipamentos de segurança a fim de manter uma condução segura. O maquinista em treinamento acompanhará todo o serviço que é realizado pelo seu instrutor, na CPTM denominado "monitor", naquela jornada de trabalho. A escala dele fica um "espelho" da escala do monitor e na contagem de maquinistas disponíveis para o dia não deve ser contemplado. Em treinamento de formação, o maquinista acompanha outros maquinistas monitores durante um período de até 3 semanas por turno, não sendo necessário que o monitor seja sempre o mesmo maquinista, porém sempre deve ser indicado por quem faz a escala. A informação do maquinista monitor e do treinando deve ficar visível na escala dos dois maquinistas;

Outras situações:

- **Maquinista trabalhando em locomotiva:**

Resumidamente, no caso da locomotiva, o maquinista atua na condução, bem como faz o monitoramento constante das condições de operação da mesma, através dos instrumentos do painel de comando, faz comunicação com o centro de controle via rádio para execução das manobras e atendimentos das programações de serviços. Já o maquinista na função de auxiliar de maquinista, atua nos equipamentos externos, ou seja na vistoria de locomotiva, dos vagões, manobras de acoplamento entre trens e/ou vagões de serviços. Neste caso são necessários 2 maquinistas por locomotiva, sendo que eles são independentes, ou seja, um maquinista pode realizar um serviço na locomotiva nas primeiras 4 horas de serviço e após o intervalo, realizar outro serviço e o outro maquinista pode ser disponibilizado para a locomotiva durante toda a jornada de trabalho;

- **Maquinista escalado para testes com exigência de 2 maquinistas:**

Na solicitação do teste, a engenharia faz a solicitação de dois maquinistas. A solicitação é feita com antecedência de uma semana, em média;



- **Para os maquinistas que atuam na função de piloto:**

O seu papel é orientar o empregado (maquinista ou operador) que irá trafegar em um determinado trecho do qual não tem habilitação. O “piloto” tem a função de orientar o condutor, quanto a localização e o aspecto dos sinais de via, realizar a comunicação com o Centro de Controle Operacional, para a execução dos serviços (início e fim), operar os Aparelhos de Mudança de Via e Travadores e intervir no equipamento de freio de emergência do veículo, caso perceba que o operador não irá respeitar sua orientação. As atividades são programadas mediante programação prévia das áreas solicitantes, que informam data, local de apresentação e quantidade necessária de pilotos. O controle do escalante é de atender o serviço escalando um maquinista e combinar o intervalo de refeição.

PERGUNTA 27:

“O item 4.18 do documento de ET - Especificação Técnica aborda o acompanhamento do gráfico horário executado e faz algumas menções sobre registrar a existência de anormalidades e que a ferramenta deve ser capaz de gerar novas soluções. Solicitamos a gentileza de esclarecerem, em detalhes e com um exemplo prático, o fluxo de ações desde a identificação de uma anormalidade até a forma de apresentação da solução desejada.”

RESPOSTA 27:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que além da elaboração do gráfico horário planejado, o qual serve como base para acompanhamento da circulação normal de trens, o software deverá realizar o acompanhamento da circulação em tempo real, gerando histórico do realizado.

Diante de uma adversidade na qual a circulação do momento não possa seguir o gráfico horário planejado para aquele dia, o software deverá verificar os padrões utilizados naquele momento e elaborar, em minutos, novo gráfico horário, para auxiliar nas tomadas de decisão dos controladores e engenheiros do DOCP e, conseqüentemente, dos escalantes, de acordo com a conveniência operacional. Atualmente é possível ter as informações de localização de trens no trecho captadas pelo painel sinótico (prefixo e CDV) e o sistema deve permitir que o usuário insira anormalidades.

PERGUNTA 28:

“Nos termos do item 9.10.2 do Edital, os documentos de emissão da própria proponente estrangeira não precisarão ser autenticados pelo Consulado Brasileiro, bastando que seja utilizado o idioma português ou, caso contrário, que sua tradução seja feita por tradutor juramentado. O item 9.10.4, por sua vez, estabelece que no caso de o país da empresa estrangeira ter firmado a Convenção de Haia, a autenticação por consulado será substituída pela oposição de apostila.



Nesse sentido, entendemos que os documentos de emissão da própria proponente estrangeira, incluindo o compromisso de constituição de consórcio (se em consórcio), estão dispensados da autenticação pelo consulado e da aposição de apostila. Ainda, caso o documento seja redigido em português, igualmente não será necessária a tradução juramentada.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação.”

RESPOSTA 28:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido o estabelecido no item 9.10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 29:

“O item 7 do Edital (Forma de Apresentação) e 8 (Conteúdo da Proposta), apenas estabelecem os requisitos e formalidades que devem ser observados para composição do Envelope da Proposta. Nos termos do item 10.5 do Edital, considerada aceitável a proposta de menor preço, a CPTM solicitará à Proponente a entrega dos documentos de habilitação, sendo certo que deverão ser entregues em via original ou cópia autenticada e em 3 (três) vias digitalizadas. Contudo, o Edital não estabelece demais formalidades que devem ser atendidas como, por exemplo, o endereçamento.

Solicitamos a gentileza de que a CPTM indique as eventuais formalidades que devem ser observadas para preparação do envelope para apresentação dos documentos de Habilitação Jurídica.”

RESPOSTA 29:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido o estabelecido nos itens 9 e 10.15 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 30:

“O item 9.3.2, b.1) do Edital determina que o profissional deve comprovar “formação/especialização por meio de documentação competente”. O Edital, contudo, não explicita a documentação competente. Entendemos que a documentação hábil a comprovar a formação/especialização do profissional é o diploma de curso de graduação e/ou certificado de conclusão de curso.



O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação.”

RESPOSTA 30:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido o estabelecido no item 9.3.2 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 31:

“Ainda sobre o tema da qualificação técnica, o item 9.3.2, b.2) do Edital dispõe que o profissional “deverá comprovar suas experiências por meio de curriculum vitae, acompanhados de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado”. O §1º do art. 80 do Regulamento de Licitações da CPTM dispõe sobre a necessidade de apresentação de atestado para a comprovação da capacidade técnico-profissional para contratação de obras e serviços de engenharia. No mesmo sentido, Marçal Justen Filho leciona em diversos trechos de sua obra⁸ que tais atestados são exigíveis para obras e serviços de engenharia. Vejamos:

“(…) utiliza-se a expressão “qualificação técnica profissional” para indicar a existência, nos quadros (permanentes) de uma empresa, de profissionais cujo acervo técnico constasse a responsabilidade pela execução de obra similar àquela pretendida pela Administração Pública. **A questão de qualificação técnica profissional somente pode ser compreendida em face de obras e serviços de engenharia.** É que a legislação que regula a profissão subordina a realização de qualquer obra ou serviço de engenharia a um controle específico em face de órgãos de classe (Crea).”

“A capacitação técnico-profissional consiste em o licitante dispor, em seus “quadros permanentes” de profissionais titulares de experiência anterior na execução de objeto similar ao licitado”.

“Anote-se que a alusão ao profissional ser “detentor de atestado de responsabilidade técnica” deve ser interpretada em termos. Essa construção literal se refere, claramente, a profissionais do setor de engenharia civil e arquitetura. Deve-se reputar cabível, quando a serviços de outra natureza, a exigência de comprovação de responsabilidade técnica na modalidade cabível com a profissão enfocada.”

⁸ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18ª ed. São Paulo: Dialética, 2019. p. 726, 751 e 758.



Dito isso, considerando que os serviços objeto da Licitação não envolvem obras ou serviços de engenharia, entendemos que para fins de qualificação técnica da Proponente, em atendimento ao item 9.3.2, b.2) do Edital, a comprovação da experiência poderá ser feita exclusivamente por meio da apresentação do curriculum vitae do profissional.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 31:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que deverá ser atendido o estabelecido no item 9.3.2 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 32:

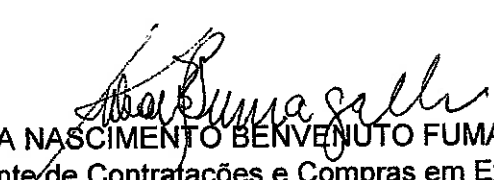
"No caso de participação em consórcio, entendemos que uma consorciada poderá aportar o atestado para comprovação a capacitação técnica operacional (item 9.3.1 do Edital) e a outra consorciada poderá indicar profissional de seu quadro para comprovação da capacitação técnica profissional (item 9.3.2 do Edital). É dizer, não há necessidade de que o gestor do contrato tenha/comprove vínculo com a consorciada em nome da qual foi emitido o atestado de capacidade técnica.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 32:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento está correto.

Atenciosamente,


KÁTIA NASCIMENTO BENVENUTO FUMAGALLI
Gerente de Contratações e Compras em Exercício

CT.DO. 007 /2021
16 de fevereiro de 2021

À
Todas as Empresas que Retiraram o Edital

Licitação nº 0448203001 - Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).

Transcrevemos a seguir, perguntas formuladas por empresa interessada na participação do certame sob referência, seguidas dos respectivos esclarecimentos:

PERGUNTA 33:

"Os grupos de usuários dos diferentes perfis são totalmente independentes ou há sobreposição entre eles? Por exemplo, os 5 acessos Perfil Administrador (ou parte deles) são parte dos 20 acessos Perfil Tático Operacional?"

RESPOSTA 33:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que não há sobreposição dos perfis solicitados na Planilha de Quantidades e Preços Propostos – Anexo 2 da Quinta parte do Edital.

PERGUNTA 34:

"Qual a razão para nos Perfis Administrador e Tático Operacional falar-se em acessos simultâneos e nos Perfis Visualização Qualificada e Visualização Escalas falar-se em usuários simultâneos?"

RESPOSTA 34:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que as palavras acessos e usuários possuem o mesmo sentido técnico, caracterizando a quantidade de pessoas que poderão utilizar simultaneamente os perfis de cada tipo de acesso.

PERGUNTA 35:

"Para além dos números indicados para acessos ou usuários simultâneos podem dar-nos os números de usuários nomeados para os diferentes perfis?"

RESPOSTA 35:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que não existem quantidades de usuários nomeados para cada tipo de perfil solicitado, além dos estabelecidos na Planilha de Quantidades e Preços Propostos – Anexo 2 da Quinta parte do Edital.

PERGUNTA 36:

"Tendo em conta que surgiram notícias sobre o lançamento de uma licitação para a concessão das linhas 8 e 9 pode assumir-se desde já que o projeto vai ser reduzido nas percentagens correspondentes nos itens referentes a "USO DA SOLUÇÃO SAAS EM PRODUÇÃO MENSAL", "ACESSO PERFIL" e "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO MENSAL"? E caso se dê essa concessão é possível uma redução em outros itens?"

RESPOSTA 36:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que a informação se encontra no edital, especialmente no item 23.6 da Minuta de Contrato – Quarta Parte do Edital

PERGUNTA 37:

"Caso se dê a concessão à iniciativa privada qual o decréscimo no número de usuários para cada perfil? Pedimos a gentileza de discriminarem por linha?"

RESPOSTA 37:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que a informação se encontra no edital, especialmente no item 23.6.1 da Minuta de Contrato – Quarta Parte do Edital

PERGUNTA 38:

"É possível acumular a redução de serviços até 25% descrita no ponto 23.2 com a redução decorrente da hipotética concessão de linhas à iniciativa privada ou a redução de serviços nunca poderá exceder os 25% (independentemente desta ou de outras concessões à iniciativa privada)?"

RESPOSTA 38:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que a redução poderá exceder aos 25%.



PERGUNTA 39:

"Todas as linhas têm vias separadas? Será que as linhas 11 e 12 entre Brás e Tatuapé têm vias independentes ou partilham a mesma via? Idem para linhas 7 e 11 entre Luz e Brás, idem para linhas 7 e 8 entre Lapa e Palmeiras – Barra funda, idem para linhas 8 e 9 entre Osasco e Pres. Altino, idem para linhas 12 e 13 entre Brás e Engº Goulart"

RESPOSTA 39:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que, exceto as linhas 12 e 13 que compartilham duas vias entre as estações Brás e Eng.º Goulart, os demais trechos citados não compartilham vias operacionais.

PERGUNTA 40:

"No contrato, a Cláusula 10.1 refere-se a variação do IPC-FIPE. No entanto, o IPC-FIPE apresenta vários índices: I. Habitação, II. Alimentação, III. Transportes, IV. Despesas Pessoais, V. Saúde, VI. Vestuário, VII. Educação. Qual destes índices será usado?"

RESPOSTA 40:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que o índice a ser utilizado no reajustamento de preços é o IPC-FIPE Geral.

PERGUNTA 41:

"No contrato, a Cláusula 14.1 exige a inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA. Para empresas não sediadas no Brasil, este registro pode ser feito pela empresa que é a representante legal da empresa estrangeira? O mesmo se aplica ao anexo 14, deve ser preenchido pela empresa estrangeira ou pela empresa que é a representante legal da empresa estrangeira?"

RESPOSTA 41:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que a cláusula 14.1 da Minuta do Contrato refere-se a uma condição contratual, sendo que a prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município deverá ser apresentada pela futura Contratada, observando as disposições constantes do item 3 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

Quanto ao Anexo 14, o mesmo deverá ser apresentado pela Proponente, observando as disposições constantes do subitem 9.10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.



PERGUNTA 42:

“No contrato, a Cláusula 14.1.21 refere-se a equipamentos de proteção individual (EPI's) e/ou equipamentos de proteção coletiva (EPC's). Quais são os equipamentos deste tipo exigidos pelo contrato?”

RESPOSTA 42:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM informa que os equipamentos de proteção individual e coletivo (EPI's e EPC's, respectivamente), devem atender, quando a atividade a ser realizada assim exigir, o exposto na Norma Regulamentadora 06 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

PERGUNTA 43:

“Para uma empresa sediada no estrangeiro e não tendo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o que deverá ser colocado neste campo?”

RESPOSTA 43:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as empresas estrangeiras deverão, tanto quanto possível, atender às exigências mediante a apresentação de documentos equivalentes de seu país de origem, observando as disposições constantes do subitem 9.10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 44:

“Para uma empresa sediada no estrangeiro, cujos representantes e trabalhadores não possuem o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mas sim o Cartão de Cidadão, que é o equivalente em Portugal, o que deverá ser colocado neste campo?”

RESPOSTA 44:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as empresas estrangeiras deverão, tanto quanto possível, atender às exigências mediante a apresentação de documentos equivalentes de seu país de origem, observando as disposições constantes do subitem 9.10 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 45:

“Vemos pela maioria dos requisitos do sistema que os horários são construídos numa rede que não tem em conta todo o detalhe do Plano de Via Sinalizado. Por exemplo, os tempos de viagem são dados no sistema entre estações (requisito 4.8.1). No entanto, nos requisitos 4.4.6, 4.15.1 e 4.15.2 há uma referência explícita ao PVS. No sistema proposto, as

interdições poderão ser dadas ao nível da via entre estações sem uma referência explícita ao PVS. É possível usar apenas a relação entre estações e o número de vias disponível entre cada uma delas, não fazendo uso de todo o detalhe do Plano de Via Sinalizado nestes três requisitos?”

RESPOSTA 45:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que os tempos de percurso presentes na tabela do item 4.8.1. são exemplos para entendimento. Todas as interdições deverão ser efetuadas tendo como base o Plano de Via Sinalizado – PVS, pois em casos de interdições somente a relação entre estações e vias disponíveis entre cada uma delas não é informação o suficiente.

PERGUNTA 46:

“No requisito 4.18.1 fala-se de uma interface com o sistema de sinalização e para tal será necessário fazer uma conversão entre a rede que o sistema de sinalização conhece e a rede (com menos detalhe) que o sistema proposto conhece. Considerando que as interdições podem ser fornecidas ao sistema para estações e ligações entre estações, o único ponto do sistema que precisa de conhecer a rede detalhada do Plano de Via Sinalizado é esta interface. Concordam que esta abordagem resolve eficazmente o problema da CPTM?”

RESPOSTA 46:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que embora o Plano de Via Sinalizado – PVS tenha a representação de toda a sinalização, é desejável que seja possível captar minimamente a localização dos trens, conforme exemplos dados no item 4.18.1.

Atenciosamente,



RODRIGO SARTORATTO DE ALENCAR

Assessor de Diretoria - Diretoria de Operação e Manutenção



CT.GFC.66/2021

08 de março de 2021

À

Todas as Empresas que Retiraram o Edital

Licitação nº 0448203001 - Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).

Transcrevemos a seguir, perguntas formuladas por empresa interessada na participação do certame sob referência, seguidas dos respectivos esclarecimentos:

PERGUNTA 47:

"Nos termos do item 6.2 do Edital, cada Proponente deverá apresentar-se na sessão pública com apenas um representante legal.

Entendemos que é possível que o representante legal compareça à sessão pública acompanhado de outros profissionais/assessores da Proponente, sendo certo que tais acompanhantes não poderão intervir diretamente no procedimento licitatório ou responder pela Proponente.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 47:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que tendo em vista as orientações das autoridades estaduais de saúde pública relacionadas ao distanciamento social, a princípio, será permitida a presença de apenas um representante para cada empresa participante, conforme estabelecido no Aviso de Licitação publicado no D.O.E. e no site www.dgmarket.com, ambos no dia 24/11/2020. A CPTM informa ainda que poderá verificar no dia da sessão pública de processamento da LICITAÇÃO INTERNACIONAL a possibilidade da presença dos demais acompanhantes desde que seja respeitada as orientações das autoridades estaduais de saúde pública relacionadas ao distanciamento social.

PERGUNTA 48:

"De acordo com o item 10.12 do Edital, após o término da fase de lances, a CPTM solicitará à Proponente que ofertou o menor preço "a Proposta ajustada e a respectiva Planilha de Quantidades e Preços Propostos".

Entendemos que o ajuste da Proposta e da Planilha de Quantidades e Preços deverá ser feito imediatamente após a solicitação da CPTM, durante a sessão pública. Além disso, entendemos que será admitida o envio de via eletrônica dos documentos ajustados pela Proponente ao e-mail DFCC@cptm.sp.gov.br e que a CPTM providenciará, conforme o

caso, a impressão dos documentos ajustados para assinatura pelo representante da Proponente na sessão pública.

Os nossos entendimentos estão corretos? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 48:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que a Proposta ajustada e a respectiva Planilha de Quantidades e Preços Propostos serão solicitadas conforme estabelecido no subitem 10.12 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital, cabendo ressaltar que a sessão pública única de processamento da licitação internacional poderá ser suspensa e retomada, tantas vezes quantas forem necessárias, por decisão do Licitador, conforme subitem 10.1 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

PERGUNTA 49:

"O item 10.15 do Edital dispõe que a Proponente que apresentar a melhor proposta deverá entregar, na própria sessão, os documentos de habilitação, 'em original ou em cópia autenticada (Via Original) e 3 (três) vias digitalizadas em mídias eletrônicas distintas (CD-ROM ou DVD-ROM), sendo que também, poderão ser encaminhados por meio eletrônico, através do e-mail: DFCC@cptm.sp.gov.br."


Entendemos que a Proponente deverá apresentar um envelope com as vias físicas dos documentos de habilitação (original ou cópia autenticada) e poderá apresentar as vias digitalizadas dos documentos de habilitação mediante entrega de mídia (CD ou DVD) ou envio de e-mail para o supracitado endereço eletrônico anexando os documentos.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

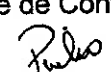
RESPOSTA 49:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que conforme disposto no subitem 10.15 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital, o Licitador solicitará à PROPONENTE, a entrega, na própria sessão, dos documentos para habilitação exigidos no item 9, em original ou em cópia autenticada (Via Original) e 3 (três) vias digitalizadas em mídias eletrônicas distintas (CD-ROM ou DVD-ROM), sendo que também, poderão ser encaminhados por meio eletrônico, através do e-mail: DFCC@cptm.sp.gov.br.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras



CT.DO. 010 /2021
05 de março de 2021

À

Todas as Empresas que Retiraram o Edital

Licitação nº 0448203001 - Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).

Transcrevemos a seguir, perguntas formuladas por empresa interessada na participação do certame sob referência, seguidas dos respectivos esclarecimentos:

PERGUNTA 50:

"Conforme previsto na cláusula 1.2 do Contrato, seu escopo "não envolve a exploração ou uso de marcas e patentes e nem o fornecimento de tecnologia". Todavia, não consta do Contrato qualquer disposição expressa no sentido de que o Contratado apenas concederá uma licença de uso e não cederá sua tecnologia para a CPTM.

Ainda, o Contrato é silente no que se refere aos direitos de propriedade intelectual do Contratado, não existindo nenhuma cláusula que resguarde os referidos direitos, ou obrigue a CPTM a não infringir direitos de propriedade intelectual do Contratado, como, por exemplo, proibição de reprodução, decompilação, uso indevido do código-fonte e/ou emprego de engenharia reversa.

Sobre este tema, entendemos que (i) não haverá cessão de nenhum direito de propriedade intelectual do Contratado no âmbito do Contrato; e (ii) os direitos de propriedade intelectual do Contratado permanecerão integralmente resguardados durante a execução do Contrato e a CPTM se comprometerá a não infringir os direitos de propriedade intelectual do Contratado.

O nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 50:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento apresentado está correto.

PERGUNTA 51:

"Na hipótese em que o consórcio proponente é formado por uma empresa brasileira e uma empresa estrangeira, as notas fiscais/invoices serão emitidas por cada uma das empresas participantes do consórcio, inclusive de acordo com a cláusula 9.1.5.3 do Contrato. Neste

caso, a CPTM realizará a retenção de algum tributo, especialmente em relação à invoice que será emitida pela empresa estrangeira?"

RESPOSTA 51:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que a informação se encontra no edital, especialmente nos itens 11.6 e 11.7 da Minuta de Contrato – Quarta Parte do Edital.

PERGUNTA 52:

"Nos termos dos itens 10.5 e 10.13.1 do Edital, após a etapa de lances a CPTM efetuará a análise da proposta de menor valor visando ao atendimento das condições estabelecidas no Edital, sendo desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis e as demais hipóteses do Art. 76 do Regulamento de Licitações da CPTM.

Neste sentido, após a etapa de lances a CPTM avaliará se a proposta de menor valor é inexequível e, conforme o caso, conferirá ao Proponente prazo para comprovação da exequibilidade da proposta. A comprovação, nos termos do Edital se dará por meio de "relatório técnico e da composição dos preços unitários".

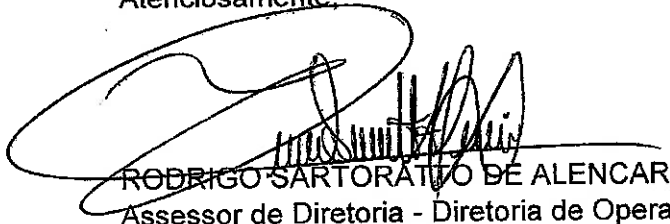
Considerando a natureza dos serviços objeto do futuro contrato, entendemos que o relatório técnico deverá incluir a composição de preços unitários tal qual consta no Anexo 2 do Edital. É dizer, deverão ser observadas as descrições indicadas no mencionado Anexo 2 sem acréscimo de critérios adicionais.

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 52:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que caso a proposta de menor valor seja considerada inexequível, a empresa deverá atender o disposto no subitem 10.13.1 das Condições Específicas – Terceira Parte do edital.

Atenciosamente,



RODRIGO SARTORATTO DE ALENCAR

Assessor de Diretoria - Diretoria de Operação e Manutenção

CT.GFC. 80 /2021
23 de março de 2021

À
Todas as Empresas que Retiraram o Edital

Licitação nº 0448203001 - Prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service - SaaS" (Computação em Nuvem).

Transcrevemos a seguir, perguntas formuladas por empresa interessada na participação do certame sob referência, seguidas dos respectivos esclarecimentos:

PERGUNTA 53:

"Ainda no que tange ao exame da eventual inexecutabilidade da proposta de menor valor, solicitamos os esclarecimentos abaixo:

- a) Tendo em vista o disposto nos itens 10.5 e 10.13.1 do Edital, entendemos que no momento da abertura dos envelopes das propostas pelo Licitador, nos termos do item 10.4 do Edital, não será realizada avaliação da inexecutabilidade do preço e/ou dos demais aspectos indicados no Regulamento.
- b) Para ordenação das propostas, nos termos do item 10.6 do Edital, entendemos que serão consideradas todas as propostas, ainda que inexecutável nos termos da alínea II, do §4º, do art. 76 do Regulamento (i.e. valor global inferior a 70% do orçamento estimado pela CPTM).
- c) Para o cálculo da média aritmética prevista na alínea I, do §4º, do art. 76 do Regulamento, entendemos que a CPTM considerará (i) todas as propostas superiores a 50% do orçamento estimado pela CPTM, inclusive a proposta de menor valor resultante da negociação (se superior a 50% do orçamento estimado pela CPTM); e (ii) os valores apresentados nas propostas originais das Proponentes, ou seja, os valores contidos nas propostas entregues dentro dos envelopes, nos termos do item 10.3 do Edital, e não os valores auferidos após o término da fase de lances.

Nossos entendimentos estão corretos? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar os entendimentos corretos, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 53:

- a) A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o entendimento está correto.
- b) A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que as exequibilidades das propostas serão verificadas somente após o término da fase de lances, conforme disposto nos subitens 10.12 e 10.13 do edital.
- c) A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que os critérios para aferir a inexecutabilidade de proposta seguirão o disposto no §4º, do art. 76 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, sendo que a análise das propostas ocorrerá após a etapa de lances, conforme disposto no subitem 10.5 do edital.

PERGUNTA 54:

"De acordo com o item 10.7 do Edital, o Licitador convidará os representantes credenciados das Proponentes para formularem lances verbais, de forma sequencial, a partir da proposta que apresentar o maior valor. Contudo, o Edital não estabelece o tempo máximo para que o representante credenciado informe ao Licitador o lance da Proponente ou sobre eventual abstenção.

Dito isso, entendemos que não haverá qualquer limitação de tempo entre o convite do Licitador para a formulação do lance e a resposta do representante credenciado da Proponente. É dizer, o representante credenciado poderá levar o tempo que entenda necessário para a formulação do lance.

Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 54:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o edital não estabelece limite de tempo para formulação de lances pelos representantes das Proponentes, o que não significa a possibilidade de protelar a formulação dos lances sem que haja justo motivo devidamente constatado pelo Licitador.

PERGUNTA 55:

"O Edital não proíbe que o representante credenciado da Proponente utilize equipamentos (e.g., celular e notebook) durante a sessão pública. Como é cediço, apesar de seus poderes para representação da Proponente, a formulação de lances é um passo estratégico e pode depender de confirmação por outros agentes da Proponente. Portanto, entendemos que não haverá restrição ao uso de qualquer equipamento para comunicação entre o representante credenciado e outros agentes da Proponente durante a sessão pública.



Nosso entendimento está correto? Em caso negativo, pedimos a gentileza de informar o entendimento correto, com a devida fundamentação."

RESPOSTA 55:

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM informa que o edital não estabelece nenhuma vedação para a utilização de equipamentos eletrônicos pelos representantes das Proponentes.

Atenciosamente,


SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras



ANEXO 2

CONTRATO Nº 044820300100

PROPOSTA DA CONTRATADA



ANEXO 4
LICITAÇÃO INTERNACIONAL N° 0448203001

São Paulo, 14 de abril de 2021.

À Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

LICITAÇÃO INTERNACIONAL N° 0448203001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE PLANEJAMENTO DE VIAGENS E ESCALAS, NO MODELO "SOFTWARE AS A SERVICE- SAAS" (COMPUTAÇÃO EM NUVEM).

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação internacional sob referência, apresentamos nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação Internacional.

1 SERVIÇOS

- 1.1 A presente proposta refere-se à prestação de serviços e implantação de Sistema Gerenciador de Planejamento de Viagens e Escalas, no modelo "Software as a Service- SaaS" (Computação em Nuvem).
- 1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital da LICITAÇÃO INTERNACIONAL N° 0448203001 e seus anexos.

2. PREÇOS

- 2.1 O preço total para os serviços objeto do edital, que propomos é de:
R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)
data-base abril/ 2021.
- 2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, administrativos e trabalhistas, inclusive noturnos quando couber, bem como a remuneração da mão de obra, ferramentas, equipamentos, treinamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), se pertinente, o fornecimento de insumos, materiais/produtos, veículos, etc, vinculados à logística da prestação dos serviços a serem executados no desenvolvimento dos trabalhos previstos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

3 PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de 60 (sessenta) meses, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço- O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 15 (quinze) dias corridos da data da assinatura do contrato.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias úteis, contados a partir da data estabelecida para abertura da licitação internacional.

4 DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal no 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação internacional.
- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o "Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM" que se encontra disponível no site da Companhia no endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>.

5 DADOS QUALIFICATIVOS DA PROPONENTE

Razão Social: GOAL SYSTEMS BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES EIRELI (na qualidade de empresa líder do Consórcio Goal Systems Brasil-Espanha)
Endereço: Avenida Paulo VI – 621, térreo, Sumaré, São Paulo/SP, 01.262-010

CNPJ: 22.133.996/0001-46

Telefone: +55 21 98052 0082

E-mail: rgarcia@goalsystems.com

carimbo e assinatura do(s) representante(s) legal(is)



ANEXO 3

CONTRATO Nº 044820300100

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS



ANEXO 2 - PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

LICITAÇÃO INTERNACIONAL Nº 0448203001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE PLANEJAMENTO DE VIAGENS E ESCALAS, NO MODELO "SOFTWARE AS A SERVICE - SAAS" (COMPUTAÇÃO EM NUVEM).

EVENTO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME ET CPTM BE8354-6	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
A	Elaboração de Plano de Trabalho	cj	1	1.971.798,46	1.971.798,46
B	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 8 e 9	cj	1	1.527.640,56	1.527.640,56
C	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 11, 12 e 13	cj	1	1.527.640,50	1.527.640,50
D	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração do Gráfico Horário de Oferta de Viagens - Linhas 7 e 10	cj	1	1.530.506,91	1.530.506,91
E	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 8 e 9	cj	1	1.527.640,50	1.527.640,50
F	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 11, 12 e 13	cj	1	1.527.640,50	1.527.640,50
G	Parametrização e Implantação do Módulo de Elaboração da Estrutura e Geração de Escala de Maquinistas - Linhas 7 e 10	cj	1	1.531.003,92	1.531.003,92
H	Parametrização e Implantação do Módulo de Operação Diária - Escalante - Linhas 8 e 9	cj	1	957.283,26	957.283,26
I	Parametrização e Implantação do Módulo de Operação Diária - Escalante - Linhas 7, 10, 11, 12 e 13	cj	1	1.622.222,54	1.622.222,54
J	Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal - Módulo Geração de Escala de Maquinistas	mês	49	15.393,45	754.279,05
K	Prestação de Serviço de Suporte Técnico Mensal - Módulo Planejamento	mês	52	15.393,45	800.459,40
L	Treinamento com Entrega de Material Didático	mês	3	286.611,82	859.835,46
M	Entrega de Documentação Técnica	mês	2	132.111,24	264.222,48
N	Operação Assistida Pós Startup	mês	3	188.886,37	566.659,11
O	Acesso Perfil Administrador (5 usuários simultâneos)	mês	52	129.251,06	6.721.055,12
P	Acesso Perfil Tático Operacional (20 usuários simultâneos)	mês	49	107.910,22	5.287.600,78
Q	Acesso Perfil Visualização Qualificada (40 usuários simultâneos)	mês	49	23.525,39	1.152.744,11
R	Acesso Perfil Visualização Escala (500 usuários simultâneos)	mês	49	23.525,39	1.152.744,11
S	Uso da Solução SaaS em Produção Mensal - Módulo Planejamento	mês	52	17.000,23	884.011,96
T	Uso da Solução SaaS em Produção Mensal - Módulo Geração de Escala de Maquinistas	mês	49	17.000,23	833.011,27
TOTAL GERAL (R\$)					33.000.000,00

DATA BASE: abril/2021



ANEXO 4

CONTRATO Nº 044820300100

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE



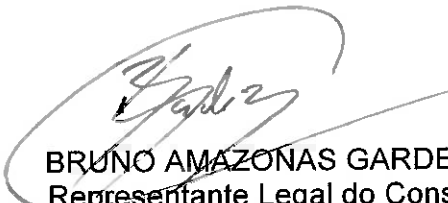
ANEXO 4**CONTRATO Nº 044820300100****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu, BRUNO AMAZONAS GARDEZANI, representante do CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA, inscrito sob nº. 46.023.046/0001-27, na qualidade de Fornecedor, ou Prestador de Serviço, ou Parceiro da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas nele para a realização das atividades minhas e do Consórcio, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e o Consórcio.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e o Consórcio estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessado através do endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que o Consórcio cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

Data

03 de Mai de 2022.

BRUNO AMAZONAS GARDEZANI
Representante Legal do Consórcio
bruno.gardezani@numeric.srv.br
e-mail pessoal: N/I
CPF nº 337.932.658-54
RG nº 34.616.027-3

ANEXO 5

CONTRATO Nº 044820300100

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO



ANEXO 5

CONTRATO Nº 044820300100

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADA: CONSÓRCIO GOAL SYSTEMS BRASIL-ESPANHA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 044820300100

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE PLANEJAMENTO DE VIAGENS E ESCALAS, NO MODELO "SOFTWARE AS A SERVICE - SAAS" (COMPUTAÇÃO EM NUVEM).

ADVOGADOS/ Nº OAB/email: CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ / OAB Nº 182.311 / e-mail: caio.forjaz@cptm.sp.gov.br e MARIA REGINA SCURACHIO SALES ALVARENGA / OAB Nº 111.585 / e-mail: maria.sales@cptm.sp.gov.br.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 03 de Maio de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: 

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: GILSA EVA DE SOUZA COSTA

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 955.679.681-91

Assinatura: 

Nome: LUIZ EDUARDO ARGENTON

Cargo: Diretor de Operação e Manutenção

CPF: 056.324.968-48

Assinatura: 

Nome: VAGNER RODRIGUES

Cargo: Gerente Geral de Operação

CPF: 094.368.788-85

Assinatura: 

Nome: PAULO HENRIQUE CARDOSO MOTA

Cargo: Gerente de Circulação e Controle Operacional

CPF: 270.252.148-76

Assinatura: 

Pela contratada:

Nome: BRUNO AMAZONAS GARDEZANI

Cargo: Representante Legal do Consórcio

CPF: 337.932.658-54

Assinatura: 

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: 